

ENTREVISTA COM MARIA HELENA CAPELATO

AN INTERVIEW WITH MARIA HELENA CAPELATO

A professora e historiadora Maria Helena Capelato é a convidada desta seção do presente número da revista *Acervo* – dossiê Estado Novo. Formada em história pela Universidade de São Paulo (USP) em 1971 (bacharelado e licenciatura), foi também nessa instituição que obteve os títulos de mestre (1974) e doutora (1986), além da livre-docência em história da América independente, em 1997. Em 2000 e 2001, Capelato fez pós-doutorado na Espanha – no Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) –, voltando à sua primeira “casa” em 2006, ao se tornar professora titular do Departamento de História da USP.

Além das atividades docentes e de pesquisa, a historiadora presidiu, entre 2011 e 2013, a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (Anphlac) e exerceu, de julho de 2015 a julho de 2017, o mandato de presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), que realiza, a cada dois anos, o Simpósio Nacional de História.

Especialista em história da América, Capelato realizou pesquisas sobre os seguintes temas: história dos intelectuais da América Latina, imprensa, liberalismo, história comparada (varguismo e peronismo), propaganda política nos regimes militares do Cone Sul (Brasil, Chile e Argentina) e cultura e política na América Latina.

O convite feito pela *Acervo* decorreu das importantes pesquisas que a historiadora tem realizado sobre um dos períodos em que o presidente Getúlio Vargas governou o Brasil – o Estado Novo. Dentre os muitos livros e artigos que escreveu, destaca-se *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo, estudo comparado entre esses movimentos políticos, que se tornou leitura obrigatória para os que querem compreender bem o regime político brasileiro abordado nesta revista, sobretudo no que tange à mobilização política e social. A professora recebeu a *Acervo* gentilmente em sua residência, na capital paulista, e discorreu então sobre vários momentos da história brasileira, aproveitando a oportunidade para aconselhar os jovens historiadores que se iniciam na pesquisa. Também avaliou a conduta e a responsabilidade da mídia diante da história e opinou sobre o legado político do governo Vargas, que considera ainda atualmente um apaixonante tema de debates.

Acervo. *O que a senhora gostaria de dizer sobre o seu ofício de historiadora, as dificuldades da profissão e suas compensações?*

Capelato. Confesso que sou um tanto suspeita para discorrer sobre o ofício do historiador, porque não posso imaginar como seria minha vida se tivesse escolhido outra profissão. Sou totalmente apaixonada pela história. Essa paixão é curiosa, porque só comecei a gostar da “matéria” no cursinho para o vestibular: os professores que tive até então em nada contribuíram para despertar meu interesse por essa disciplina, pois decorava nomes e datas que logo eram esquecidas.

Havia optado pelo curso de ciências sociais na USP, mas acabei mudando de ideia a partir do interesse pelo conhecimento do passado e ao perceber que a história nos ajuda a compreender o presente. Estávamos em 1968, ano muito conturbado, que resultou no endurecimento do regime ditatorial.

Obviamente, a história não é a “mestra da vida”, como acreditavam historiadores do passado. Mas saber como viveram os povos de outros tempos, os problemas que enfrentaram e como os solucionaram, conhecer os costumes e ideias de outras épocas, tudo isso é importante e fascinante. Cursei a graduação durante os piores anos da ditadura militar e as questões dessa época direcionaram meu interesse pelo conhecimento do passado mais recente, ou seja, pela história contemporânea. Afinal, nós, historiadores, sabemos que muitas vezes são as questões do presente que mobilizam nosso olhar para o passado.

No mestrado e no doutorado, me dediquei a pesquisas dos jornais paulistas da grande imprensa entre 1920-1945, procurando entender a ideologia liberal que orientava a linha editorial dos periódicos e justificava suas posições políticas. Mas, posteriormente, foi o período de Vargas que mais despertou meu interesse e, nesse caso, acabei me dando conta de que a motivação estava diretamente ligada ao meu passado. Explico: meu pai, advogado formado em direito pela “São Francisco” [primeira faculdade de direito de São Paulo, ligada à USP, berço de origem de muitos políticos paulistas], acabou entrando para a vida pública. No entanto, sua escolha foi muito inusitada, porque se elegeu deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas, líder político por quem ele tinha grande apreço desde os tempos de faculdade. Inusitada porque, cabe lembrar, o presidente era muito mal quisto em São Paulo desde a Revolução de 1932. Recordo-me muito bem (tinha nove anos de idade) da morte de Vargas, fato que provocou forte comoção em meus pais.

Ao terminar as pesquisas sobre os *Arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945* [título do livro que resultou de sua pesquisa de doutorado], eu já estava lecionando no Departamento de História da USP, na área de história da América. A “entrada” nessa disciplina me levou a optar por um estudo comparado sobre os regimes varguista e peronista.

Com o auxílio de uma bolsa do CNPq, fui para a Argentina em 1988, para colher material de pesquisa. Quando cheguei a Buenos Aires, me deparei com a campanha para a presidência da República, e muito me surpreendeu a propaganda do candidato peronista Carlos Menem, que recuperava a imagem de Perón de uma forma que me parecia grotesca, em um período em que a publicidade comercial e política já se tornara muito sofisticada no Brasil.

Uma das peças publicitárias que mais me impactaram foi um relógio de pulso, muito grande, que estampava o rosto de Perón no centro. Os objetos de propaganda eram expostos em barraquinhas repletas de bandeirolas, cartazes e outros objetos que remetiam ao período glorioso do peronismo das décadas de 1940/50. Carlos Menem não era um político peronista de primeiro escalão, nem era tido como um candidato forte; além disso, seu material de campanha era “bizarro”: esses dois elementos me fizeram crer que ele não teria qualquer chance de ser eleito. Qual não foi a minha surpresa quando saiu vitorioso, dando início à Era Menem no poder! Maior foi meu espanto quando surgiu entre nós o “Menem brasileiro”, Fernando Collor de Mello, que imitou a extravagante propaganda do vizinho, também com sucesso. A surpresa foi tanta que me levou a mudar o enfoque da pesquisa: em lugar da comparação das ideias que sustentaram o varguismo e o peronismo, optei pelo estudo das propagandas políticas que levaram ao poder figuras sem qualquer tradição política. Em suma, foi essa questão do presente que me instigou a voltar para o passado varguista e peronista, com o intuito de melhor entender como a propaganda, uma das armas políticas desses regimes, continuava tendo uma força eleitoral tão decisiva.

Voltando ao ofício do historiador, gostaria de salientar que, além da importância da pesquisa individual, a orientação de novos pesquisadores é muito importante e gratificante. Considero que ensino, pesquisa e formação de pesquisadores constituem um tripé da vida universitária, e cada uma dessas faces se complementam: o ensino por si só não estimula uma reflexão mais ampla sobre a história e a pesquisa distanciada do ensino se empobrece, porque o contato com os alunos de graduação e pós-graduação dá vida ao nosso trabalho e permite uma troca muito valiosa. São os alunos que nos colocam questões desafiadoras e, dessa forma, nos enriquecem sempre.

Acervo. *Por que os conservadores e liberais rejeitam tanto Vargas, se ele, de fato, ajudou a estruturar a indústria nacional, regulou o trabalho e, de certa forma, promoveu a “docilização” do trabalhador, ao criar sindicatos oficiais e agir contra o movimento operário independente e radical? A senhora vê uma contradição nisso?*

Capelato. Tanto no mestrado como no doutorado, estudei o período que vai de 1930 a 1945, definido como primeira fase da Era Vargas. Quanto à política econômica do governo, observa-se que uma das prioridades era a promoção do desenvolvimento econômico relacionado à industrialização. E, nesse aspecto, os resultados foram positivos, mas não houve, por parte do governo, construção de indústrias nacionais, o que só ocorreu na segunda fase. No que se refere às relações sociais e ao regime político instaurado em 1937 – Estado Novo –, as contradições do governo eram evidentes e estavam relacionadas com os desdobramentos do contexto internacional caracterizado pela ascensão do nazifascismo e pela Segunda Guerra Mundial.

O Estado Novo revelava admiração pelos regimes europeus, a Constituição de 1937 era inspirada na *Carta del lavoro*, de Mussolini, e, ao longo desse regime autoritário, a propaganda política representou um dos pilares do poder: por meio dela, eram divulgadas imagens posi-

tivas da relação entre o líder e as massas; dentre outras, a construção da imagem de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”.

O governo manifestava simpatia pelos países do Eixo, mas não se pode dizer que o apoio dos trabalhadores tenha sido produto dessa propaganda, porque, efetivamente, o governo atendeu a antigas reivindicações da classe operária ao promulgar as leis trabalhistas consolidadas em 1943.

No que se refere à política social, as contradições do governo se explicitavam a partir do fato de ter sido posta em prática uma política que atendia aos anseios das classes trabalhadoras, mas exercia forte controle sobre o movimento operário através de um sindicato único, que funcionava como um braço do poder.

No entanto, apesar dessa contradição, as conquistas advindas da política social, reforçada pela propaganda política, beneficiaram a classe trabalhadora e deixaram marcas profundas no imaginário dos setores populares que permanecem visíveis até os dias de hoje.

A volta de Getúlio Vargas ao poder, eleito presidente com votação muito expressiva, demonstra que, nesse momento, a imagem do líder popular “pai dos pobres” ofuscava a imagem do “ditador” fortemente apregoada por seus adversários. Apesar de ter sido retirado do poder em 1945, Vargas saiu fortalecido politicamente, pois conseguiu organizar dois partidos – o já citado PTB e o PSD – e fazer o seu sucessor, o general Eurico Gaspar Dutra, além de voltar ao poder eleito pelo voto popular na eleição de 1951.

Ainda com relação à pergunta, chamo a atenção para o fato de que, tanto no passado como no presente, as visões sobre o líder Getúlio Vargas e as interpretações sobre sua política social e econômica são divergentes e suscitam debates acalorados. Por um lado, a figura de Vargas é recuperada na face do “ditador”, introdutor de um regime autoritário ou totalitário; por outro, sua imagem é reverenciada por ele ter contribuído para a industrialização do país e assumido uma posição nacionalista ao criar indústrias estatais, mas, sobretudo, por ter introduzido as leis trabalhistas, que beneficiaram os trabalhadores urbanos pela primeira vez na história do Brasil.

Acervo. *Por que uma boa parte das esquerdas brasileiras tem uma visão “positiva demais” em relação a Vargas? Afinal, ele perseguiu muitos líderes dos trabalhadores e combateu os mais radicais, inclusive o comunismo, de maneira feroz – cabe lembrar que impôs uma longa prisão a Luís Carlos Prestes.*

Capelato. A relação de Getúlio Vargas com Prestes e outros membros do Partido Comunista é um tema importante que merece estudos mais específicos. Conhecemos bem a perseguição violenta feita pelo governo Vargas aos comunistas (Prestes e demais membros do partido que participaram da chamada Intentona Comunista de 1935), perseguição essa que acabou sendo usada como justificativa para a implantação do Estado Novo. No entanto, pouco se conhece sobre o que aconteceu nos anos finais da ditadura, e esse momento é importante, porque poderá explicar melhor a aproximação de personagens com ideias e atuação política tão antagônicas. Certamente, a derrota dos regimes totalitários na Segunda

Guerra e a ascensão dos EUA como grande potência mundial contribuíram para a mudança de rumo na política varguista. Porém, não sabemos como se deu a aproximação de Prestes, já em liberdade, com Getúlio Vargas, nem os motivos que levaram o líder comunista a lançar a campanha do “queremismo”, ou seja, a campanha pela redemocratização do país e pela continuidade de Getúlio Vargas no poder.

De fato, trata-se de uma grande contradição, mas que é própria do movimento da política, que se caracteriza por conflitos, aproximações, rearranjos, negociações. As mudanças de conjuntura no plano nacional e internacional também ajudam a compreender as contradições no campo da política. As duas imagens construídas em relação a Vargas – “ditador” *versus* “pai dos pobres”, na primeira fase, e “nacionalista desenvolvimentista” *versus* “comunista”, na segunda fase – explicitam contradições e alterações radicais na imagem do líder. Elas se tornam compreensíveis quando se levam em conta as diferenças importantes que ocorreram na conjuntura nacional e internacional. Na primeira fase, o contexto mundial, marcado pelo advento do nazifascismo, explica a tendência de muitos governos da América Latina a adotar “políticas de massa” que se caracterizavam, *grosso modo*, pela relação entre o líder e as massas; já na segunda fase, após a derrota desses regimes totalitários, a vitória dos Aliados foi entendida como vitória da democracia.

Vargas, eleito pelo voto popular em 1951, norteou seu governo por uma política econômica desenvolvimentista, de corte nacionalista, e contou com o apoio das classes trabalhadoras graças à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Os políticos representantes das classes produtoras, ou seja, das “elites”, pertenciam a partidos que defendiam, como até hoje defendem, uma política econômica liberal, que se caracteriza pela economia de mercado aberta ao investimento estrangeiro e que resulta em concentração de renda. Os defensores do liberalismo não só fizeram oposição radical a Getúlio Vargas, como o identificam com o comunismo devido à sua política social e à defesa da intervenção do Estado em certos aspectos da economia (criação das empresas estatais).

Acredito que as acusações dos políticos de direita, anticomunistas fanáticos como Carlos Lacerda e muitos outros, que identificavam Vargas com o comunismo, representado na figura de Prestes, se explicam a partir do contexto da Guerra Fria que, na década de 1950, “esquentou” os ânimos. O comunismo, desde então e até hoje, se transformou em arma de luta política para desqualificar o adversário. A campanha de Lacerda contra Vargas exemplifica muito bem o poder dessa arma.

Acervo. *A senhora escreveu sobre o período Vargas (Estado Novo), tendo abordado aspectos da política e da cultura, como imprensa e propaganda política. É a conhecida autora do importante livro Multidões em cena..., que lança uma luz sobre a relação de Vargas com o trabalhador e com a sociedade brasileira em geral, além de fazer um estudo comparado a Perón, na Argentina. Duas perguntas em uma: há algum aspecto, algum assunto, tema, que a senhora ainda tenha vontade de estudar em relação ao Estado Novo ou ao governo Vargas? A seu ver, há ainda alguma lacuna que precise receber atenção dos pesquisadores?*

Capelato. Sinceramente, não tenho vontade de retomar estudos sobre o Estado Novo. Neste ano em que o advento do regime completa 80 anos, o tema está na pauta dos historiadores. Já recebi convites para conferências sobre o assunto e, nessas ocasiões, terei oportunidade de sugerir a pesquisadores que se voltem para esse período, buscando compreender aspectos pouco estudados, ou, ainda, para rever pesquisas já realizadas. Volto a mencionar, por exemplo, a relação de Vargas com Prestes em particular, e com o Partido Comunista em geral. Eu diria, também, que os anos finais do regime – 1944/1945 – ainda foram pouco estudados, e tal lacuna deixa na penumbra momentos importantes da nossa história, levando em conta o novo contexto internacional.

Acredito que, do ponto de vista historiográfico, uma questão também continua merecendo novas reflexões. Refiro-me ao termo “populismo”, que teve e continua tendo uma trajetória conturbada: de conceito, muito debatido por cientistas sociais, transformou-se em expressão pejorativa, usada para desqualificar a política ou adversários políticos. No Brasil, de Getúlio a Lula, ele transita passando por Jango, Jânio, Collor de Mello e outros mais. Também é usado para desqualificar determinadas políticas que se caracterizam por tentativas de beneficiar as classes populares ou se distanciar do modelo neoliberal. Nesse caso, lembro a célebre frase do presidente Fernando Henrique Cardoso: “Vamos acabar com a Era Vargas”, sempre definida como ‘política populista’. Sua intenção, aqui, era justificar a adoção de uma política neoliberal. É interessante notar como, no discurso político, os conceitos se tornam palavras-chave destinadas a atingir um público amplo.

Deixando de lado o tema da entrevista, peço licença a vocês para sugerir que, na conjuntura atual, tão conturbada, revisitemos a década de 1950. Esse período, também tão confuso da história do Brasil, nos permite compreender melhor as tramas da política e a violência do jogo partidário desse passado, que muito contribuem para esclarecer nosso presente.

Acervo. *E a figura de Vargas, persiste forte nos dias atuais?*

Capelato. Sem dúvida. Já me indagaram sobre qual personagem eu considerava mais importante da história política do Brasil. Respondi sem titubear: Getúlio Vargas. Sua imagem continua cultuada nos lugares mais distantes do país: a legislação trabalhista, hoje ameaçada, também persiste na memória construída sobre Getúlio. A associação entre Vargas e Lula é constante, o que demonstra a persistência da imagem do “pai dos pobres”, benfeitor dos trabalhadores, no imaginário nacional.

Jango, seu herdeiro político, também faz parte desse imaginário, porque, quando foi ministro do Trabalho no governo de Getúlio, em 1953, já no período em que Vargas havia sido eleito, sugeriu 100% de aumento no salário mínimo, fato que causou revolta entre os membros da classe patronal, expressa através de seus representantes políticos. Quando o presidente Jânio Quadros renunciou, Jango era seu vice. Foi a partir desse momento que começou a ser ensaiado o golpe de 1964: ele tinha um apoio muito forte dos trabalhadores e era tido como “filho” do “pai dos pobres”.

Acervo. *Mas ao contrário do que aconteceu com Perón, na Argentina, onde o peronismo ainda é forte, não se fala de varguismo no Brasil. Nesse sentido, não houve uma grande permanência, principalmente em relação à política partidária.*

Capelato. Essa comparação é problemática. Perón governou a Argentina por muitos anos em diferentes conjunturas. Criou, logo no início de sua carreira política, o Partido Laborista, que, mais tarde, se transformou em Partido Peronista; criou, também, uma força sindical sem paralelo na América Latina, que ainda é forte nos dias de hoje. Além disso, o imaginário peronista construído através da propaganda política que concebeu o mito do casal Eva/Perón deixou marcas profundas na memória dos argentinos. No Brasil, a imagem de Getúlio Vargas, como disse no início, foi marcada pelo contraste: ditador adepto do fascismo ou “pai dos pobres”.

Acervo. *Gostaria que a senhora falasse um pouco sobre o comportamento da imprensa, do seu modo de fazer política e de influenciar a relação entre os governantes e a população.*

Capelato. Cabe esclarecer que meus estudos sobre imprensa se restringem à grande imprensa, ou seja, aos jornais de grande circulação nacional, que se constituem como empresas capitalistas geradoras de opinião e lucro. Procuro mostrar que esses jornais desempenhavam, e continuam desempenhando, um papel muito importante na política nacional.

É importante esclarecer que as empresas jornalísticas (assim como as outras mídias que funcionam na atualidade) têm uma característica muito particular: na condição de empresas capitalistas, visam ao lucro. No entanto, produzem uma mercadoria muito especial, qual seja, o jornal, que é responsável por transmitir informações e expressar a opinião pública; nesse caso, atuam como empresas públicas, sujeitas à concessão do poder público e regidas por normas definidas pela Constituição. Essas duas faces da imprensa devem ser levadas em conta.

A informação exige objetividade; porém, a linha entre essa exigência e a subjetividade é tênue, já que o jornal assume o dever de “expressar (ou formar) a opinião pública”. Como acontece nos jornais da grande imprensa, que se constituem como empresas, em que os interesses políticos e mercadológicos se mesclam, tornando o jornal uma peça importante no jogo político. A imprensa-empresa é uma máquina muito complexa que efetivamente age como quarto poder.

Acervo. *Para terminar, que conselhos a senhora daria aos pesquisadores que estão começando a investigar o período Vargas?*

Capelato. Para finalizar nossa conversa, diria que, na crise atual, ficou mais evidente um problema sério da política brasileira: refiro-me à fragilidade da nossa cultura republicana democrática. Os políticos, em sua grande maioria, não são nem progressistas nem democratas, são liberais conservadores. Ao analisar a ideologia liberal veiculada nos jornais da grande imprensa na Primeira República, me dei conta de que eram liberais conservadores

que representavam interesses das elites capitalistas, defendiam um liberalismo excludente e se referiam aos trabalhadores como ameaça à ordem social. Nesse período, não tinham peja de expor ideias racistas baseadas em teses eugenistas; atualmente, são obrigados a disfarçar seus preconceitos. Na condição de representantes do poder econômico, visam ao lucro sem se importar, minimamente, com os destinos da nação e com a sorte dos que produzem para eles. As classes médias, em sua grande maioria (sobretudo as que vivem nas regiões Sudeste e Sul), são conservadoras, nem chegam a ser liberais e representam terreno fértil para o crescimento de grupos de extrema direita, que hoje espalham mensagens eivadas de preconceito e estimulam ódio de classe ou raça.

Os tempos mudaram, no entanto, e os neoconservadores ou os adeptos do neofascismo expressam “em alto e bom som” seus ódios de classe. Na condição de cidadã, confesso que me sinto humilhada e constrangida perante a falta de pudor desses fanáticos. Não me refiro a sujeitos marginais, mas a pessoas escolarizadas e bem situadas economicamente. Quando esse tipo de manifestação parte de representantes do povo (deputados, senadores etc.), o caso é mais grave: eles não se preocupam em deixar evidente seu despreparo, não só para o trato da “coisa pública”, como também para a vida em sociedade.

Felizmente, nós, historiadores, aprendemos por dever de ofício que as crises são superadas, porque fazem parte da história. E a história muda inevitavelmente, porque a mudança é sua essência: não sabemos em que direção, mas esperamos que seja para melhor.

Entrevista realizada em outubro de 2016, por Thiago Mourelle e Orlando de Barros

Recebido em 23/7/2017

Aprovado em 25/7/2017